

**Avaliação de Impacto Ambiental
e
Plano de Gestão Ambiental**

28 DE DEZEMBRO DE 2017

Subvenção CEPF 100461

**COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL COM BASE
NA ECONOMIA SOLIDÁRIA LTDA**

***PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO COMO PROMOTORAS DE
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO SERTÃO URUCUIANO***

ARINOS-MG

Resumo da Subvenção

1. Organização do beneficiário.

Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária Ltda-COPABASE.

2. Nome da subvenção.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO COMO PROMOTORAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO SERTÃO URUCUIANO

3. Número da subvenção.

CEPF 100461

4. Valor da subvenção (Dólares americanos).

\$ 153,176.92

5. Datas propostas para a subvenção.

01/Dezembro/2017

6. Países ou territórios onde o projeto será realizado.

Brasil, Micro bacia do Rio Urucuia, Microrregião dos Vales do Urucuia e Grande Sertão.

7. Resumo do projeto.

O desenvolvimento de práticas sustentáveis de produção agroextrativistas se dão como uma oportunidade para entidades e algumas cooperativas onde as famílias se unem para a produção, agregação de valor, preservação das espécies nativas, comercialização e ainda tem alcançado um nicho de mercado relevante com os produtos considerados e conhecidos como “produtos ecossociais” e/ou “produtos da sociobiodiversidade brasileira”. Além de todos os benefícios e resultados trazidos pelo advento do extrativismo, este ainda tem como resultado importante ações de preservação do cerrado em pé, replantio de espécies nativas, a recuperação de nascentes e matas ciliares para conservação das águas, manejo agroecológico das espécies exóticas cultivadas. Assim nesta proposta o que se busca é fortalecer, ampliar e disseminar as práticas sustentáveis de produção agroextrativista como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável na região do Urucuia Grande Sertão.

Esta região dos vales Urucuia e Grande Sertão está localizados na tri-junção das regiões: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, no vale do rio Urucuia e nascente do rio Carinhanha, constitui uma das sete microrregiões da mesorregião de Águas Emendadas e ainda uma das principais sub bacias do Rio São Francisco. A área geográfica alcança 27,926 km² e 11 municípios: Arinos-MG, Bonfinópolis de Minas-MG, Buritis-MG, Cabeceiras-GO, Chapada Gaúcha-MG, Formoso-MG, Pintópolis-MG, Riachinho-MG, São Romão-MG, Uruana de Minas-MG e Urucuia-MG e destes atuamos diretamente em 8 (oito). Trata-se de um território formado de diferentes realidades econômicas, sociais, ambiental, marcado por um profundo contraditório social construído ao longo de seus 500 anos de colonização e exploração. O também chamado Corredor de Conservação Prioritários do Cerrado – Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, que apresenta uma área total de 80,995 km² e 70.2% de área coberta com vegetação original. Segundo vários estudos a devastação do cerrado vem crescendo gradativamente e na região Norte e Noroeste de Minas Gerais não é diferente.

Algumas ações neste âmbito já foram experimentadas e seus resultados positivos já são visíveis o que reforça a demanda dos extrativistas, agricultores familiares, artesãos, ribeirinhos de que tais práticas se ampliem de se estruturarem pelos próximos dois anos. Assim a COPABASE um empreendimento que articulado em rede com outras instituições da agricultura familiar, ensino, pesquisa e extensão, órgãos públicos, entidades não governamentais, busca realizar ações planejadas e pactuadas com as comunidades, normalmente em encontros semestrais coletivos e bimestrais com lideranças das comunidades.

Propor e executar projetos que visam minimizar os impactos da falta de renda, do êxodo rural de jovens e adultos, dos desmatamentos, uso de contaminantes químicos e da falta de capacitação/informação, se torna uma saída alternativa para as lideranças e comunidades que perceberam que apenas por meio da ajuda mútua, do cooperativismo, da produção sustentável e da agregação de valor dos seus produtos é possível resistir aos métodos convencionais de produção, resistir em defesa do cerrado em pé, resistir para manutenção dos saberes tradicionais que ainda sobrevivem no território. Vale ressaltar que o agroextrativismo sustentável ainda enfrenta uma série de gargalos, entre os quais destacam-se: o baixo investimento em ciência e tecnologia, a inexistência de dados quantitativos organizados e a baixa capacidade técnica especializada dos agentes envolvidos.

Segundo a organização WWF, as políticas públicas mais importantes são as de apoio, sobretudo assistência técnica, crédito para investimento, beneficiamento e comercialização, além de pesquisa de tecnologias de produção e industrialização, ampliação da infraestrutura e organização dos produtores, para que assim se promova a estruturação da produção aliada a conservação do cerrado com harmonia e sustentabilidade.

8. Nome completo, título, números de telefone e endereço de e-mail do pessoal do beneficiário responsável por este plano.

Dionete Figueiredo Barboza, Administradora, Gestora da COPABASE, telefone- 55 38 9 9908-7610, email- dionete.copabase@gmail.com, copabase@gmail.com .

9. Data de preparação do presente documento

28/Dezembro/2017

10. Estado da área a ser impactada: Esta seção deve descrever o entendimento do candidato sobre a área.

A Microrregião Urucuia Grande Sertão localiza-se predominantemente na região Noroeste de Minas, que dentre os territórios da cidadania integra o Território Noroeste de Minas. A região também compreendida Vale do Rio Urucuia que está limitada pelas regiões: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país, na bacia do Rio Urucuia e nascente do rio Carinhanha, constitui uma das sete microrregiões da mesorregião de Águas Emendadas e ainda uma das principais sub-bacias do Rio São Francisco. A atuação direta da Cooperativa tem área geográfica que alcança 27,926

km², composta pelos municípios de Arinos, Riachinho, Bonfinópolis de Minas, Urucuaia, Chapada Gaúcha, Uruana de Minas, Natalândia, Pintópolis, todos no estado de Minas Gerais no Brasil. Nesta região atuamos nos entornos das seguintes áreas protegidas: Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, Estação Ecológica Sagarana, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Parque Estadual da Serra das Araras. Ainda ressaltamos as área(s)-chave de Biodiversidade (ACBs) RVS Rio Pandeiros MG, EE Sagarana MG, PE Veredas do Peruaçu MG, PN Cavernas do Peruaçu MG, Sendo o corredor prioritário do Sertão Veredas-Peruaçu.

Mapa da região Vale do Rio Urucuaia:

https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1-LDQta_zZutKBsqtB_Vg6tTzDc8

Enfrentando os mais diversos desafios para se obter renda, nesta região atuamos junto as famílias de agricultores familiares, ribeirinhos, veredeiros, artesãos, pescadores tradicionais, assentados de reforma agrária, que buscam por meio do extrativismo, cultivo de subsistência, pesca artesanal, se manterem em suas propriedades, renda a partir do excedente produzido, organizarem-se em associações e cooperativas para assim se fortalecerem e buscarem apoios de terceiros.

As principais espécies nativas desta região que traz oportunidade da atividade extrativista são o pequi, baru, cagaita, mangaba, coquinho azedo, araticum, tamarindo, jabuticaba, umbu, jatobá. Para a apicultura espécies nativas melíferas são muito valorizadas e importantes sendo ipes, sucupira, timbó, assa-peixe, pau d'olinho, aroeira, cagaitera, folha de bolo, etc. Espécies consideradas exóticas ao cerrado são cultivadas em quintais sob orientação do manejo agroecológico e orgânico sendo, acerola, goiaba, abacaxi, limão, tangerina, manga, caju, algodão, milho, feijão, melancia, mandioca, abobora, legumes e hortaliças, etc.

Tais áreas vem sofrendo devido a fatores climáticos e por consequência da imprudência do homem. Um grande desafio vem sendo a redução drástica de chuvas, conseqüentemente falta de água, desmatamento desgovernado do cerrado, erosões, solo empobrecido, falta de renda e oportunidades para famílias e comunidades rurais. Outra informação de relevância é o fato das terras estarem sendo comercializadas para grandes fazendeiros da monocultura que para promover o agronegócio desmatam e destroem todo o cerrado ainda existente. Dizem que esta região também se torna conhecida e considerada como a última fronteira agrícola brasileira. Esta região é muito carente de acesso as políticas publicas obrigatórias como assistência técnica, credito, transporte, saúde, saneamento básico, moradia etc principalmente na zona rural.

11. Abordagem: Esta seção descreverá as ações propostas durante o projeto. Especificamente, o que você pretende fazer e como irá fazê-lo?

Atuar de forma coletiva sensibilizando as famílias à partir da atuação de ADRS- Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável, realizar capacitações e formação, desenvolver atividades produtivas e de conservação se apresenta esta proposta como estratégia para minimizar os impactos negativos enfrentados pelos cerrado contribuindo para a geração der renda em nosso território.

A estratégia proposta é um conjunto de ações de promoção à diversificação da produção agroextrativista com manejo sustentável por meio da estruturação coletiva das famílias dentro da Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária – COPABASE abrangendo a região da bacia do Rio Urucuia, um dos principais afluentes do São Francisco por meio das seguintes ações:

Nesta primeira estratégia pretende-se disseminar conceitos e práticas por meio de capacitações junto aos agricultores, ribeirinhos extrativistas; realizar palestras sobre as políticas pública de fomento junto as comunidades, associações, conselhos e escolas; realizar palestras sobre educação e preservação ambiental, prevenção de incêndios, impactos sobre desmatamento do cerrado, cercamento de nascentes junto as comunidades e grupos produtivos; realizar cursos sobre implantação de Sistemas Agroecológicos Familiares Sustentáveis com manejo agroecológico e com irrigação de baixo custo; implantar, acompanhar e orientar Comitês de Defesa do Cerrado enquanto sistema organizativo de incidência público privada com foco em defender e fomentar o cerrado, por meio da participação de agricultores, jovens e mulheres bem como dos setores privados, público e terceiro setor, de forma ainda a realizarem trocas de experiências e intercâmbios.

A segunda estratégia prima por apoiar o desenvolvimento de mercados e de cadeias produtivas para produtos não-madeireiros sustentáveis do cerrado, junto à aproximadamente 250 famílias, em especial envolvendo as mulheres e os jovens, por meio de assessoria e assistência técnica junto as famílias visando orientar sobre manejo para produtividade sustentável, agregação de valor e boas praticas de manipulação de alimentos, controle e planejamento de volumes de produtos visando mercados estratégicos, e ainda difusão dos produtos ecossociais não madeireiros junto a diversos clientes do brasil.

Propõe-se realizar reflorestamento em áreas degradadas por meio de espécies nativas frutíferas ou não, a partir da parceria com instituições como IFNMG e IEF, que já possuem estruturas de viveiros que nos permitirão produzir mudas com baixo custo para realização desta ação que hoje é uma grande demanda das famílias ligadas a cooperativa. Fortalecer e Implantar sistemas agroflorestais do cerrado a partir de oficinas, orientação e acompanhamento técnico, pois esta também é uma demanda levantada pelas famílias nas comunidades, principalmente onde já foi realizada uma unidade experimental de sistema consorciado de frutíferas nativas e exóticas com manejo orgânico e agroecológico. Estas unidades tratam-se de pequenas áreas ou mesmo quintais produtivos, que permite a produção sem desmate e ainda valorizando o cerrado ainda existente.

O extrativismo sustentável ocorre em toda a região na vegetação nativa principalmente de frutos do cerrado, nesta proposta iremos construir de forma coletiva protocolos de manejo sustentável que garanta maior controle e segurança quanto as boas praticas de manejo para conservação das espécies e até ampliação destas. No caso do fruto do baru e castanha, o protocolo a ser implementado conta com apoio do Movimento Slow Food para sua construção e sua implementação deverá ser expandida.

Numa terceira e continua etapa propõe-se estratégias de gestão e monitoramento do projeto CEPF para o cumprimento de seus objetivos e alcance de seus resultados esperados por meio de encontros de avaliação, planejamento, aplicação de diagnóstico inicial, no meio e no fim do projeto, sistematização de dados, elaboração de relatórios com dados físicos, financeiros e fotográficos, organização de acervo de vídeos e fotos para publicação e divulgação do projeto.

Embora não esteja no escopo do projeto ações de beneficiamento da produção, agregação de valor, inserção no mercado, participação em feiras e eventos comerciais, serão realizadas pela cooperativa, promovendo assim ainda a geração de renda, divulgação dos produtos ecossociais, divulgação dos projetos desenvolvidos no território. Também será buscado novos projetos com apoio de terceiros que garantam a apoio para insumos para os beneficiários, equipamentos, apoio logístico da produção, educação cooperativista, entre outros. Este projeto será um grande UP para ações e equipe permanente que irá continuar suas atividades principalmente no âmbito agroindustrial e de mercado.

12. Impacto antecipado: Esta seção descreverá o impacto e como ele foi determinado.

Os impactos abaixo foram elaborados de acordo com as atividades que o projeto pretende desenvolver e ainda considerando os indicadores chave do CEPF, assim espera-se uma mudança entre a situação atual e após a execução do projeto. Tais impactos serão averiguados por meio de ferramentas e mecanismos de controle e monitoramento no início, meio e fim do projeto.

- Positivo- atividades agroextrativistas irão gerar redução no desmatamento do cerrado, uma vez que as famílias ao perceberem que podem se manter no campo deixarão de vender suas terras para que a monocultura se instale desmatando tudo e usando águas por meio de pivô;
- Positivo- Melhoria do solo, da água e do ar, a partir das técnicas de manejo agroecológico e orgânico;
- Positivo- Coleta dos Frutos do Cerrado com método sustentável.
- Positivo- Reflorestamento de áreas de degradadas, de pastagens, e outras.
- Positivo- Proteção e controle das áreas através de algum mecanismo ou lei de proteção e defesa do uso sustentável das espécies do cerrado da região a nível de estado. Exemplo: Lei Estadual Pró Pequi.

Embora essa não seja a intenção do projeto, dois impactos podem afetar negativamente o meio ambiente e as comunidades. Estes poderiam ser:

- O reflorestamento de áreas de degradadas, de pastagens, e outras será realizado com espécies nativas e exóticas. A inserção de espécies exóticas frutíferas no Cerrado pode ser percebida como problemática porque as espécies podem se tornar invasoras ou usar muita água / nutrientes do sol.
- Coleta total ou insustentável dos frutos nativos sem controle de quantidades, motivado pelo anseio econômico que o extrativismo se tornou.

A produção de mudas nativas e exóticas exige um viveiro. O viveiro que será usado é um viveiro já existente do parceiro IFNMG Campus Arinos, IEF, instituições parceiras da cooperativa. O

viveiro é instalado e construído na cidade, não causando impactos negativos nas áreas naturais do Cerrado.

Para a produção de mudas, não haverá uso de pesticidas químicos nas áreas de produção. Para todo o processo de colheita e transformação, não haverá uso de pesticidas também. Há ainda a prática de reaproveitamento de resíduos (cascas e sementes de frutas) da fábrica de polpas para fabricação de adubos orgânicos para os sistemas produtivos.

13. Medidas de mitigação: Descreva as medidas que serão tomadas para mitigar os impactos negativos.

- Para mitigar os dois impactos negativos, as medidas que serão tomadas são: Utilizar espécies exóticas frutíferas já muito comuns nas áreas de produção (manga, acerola, caju, goiaba, abacaxi, mandioca, etc). Estas espécies já comuns não são conhecidas como invasoras;
- Elaborar e distribuir um guia de orientação sobre tipos de espécies nativas do cerrado desta região, e as exóticas que são comuns na região, descrever neste guia os respectivos benefícios ou impactos negativos, reforçar a importância das espécies nativas sobre os exóticas, Serão no mínimo um guia por família a ser distribuído pela equipe técnica do projeto.
- Implantar Sistema Participativo de certificação orgânica, este sistema estabelecerá regras de cultivo, manejo, não uso de pesticidas, controle das áreas, controle de coleta e produção através de visitas e formulários periódicos;
- Implantar protocolos/métodos de manejo sustentável junto aos extrativistas para garantir boas práticas na coleta dos frutos do cerrado, prevendo deixar no mínimo 10% da produção nativa para o meio ambiente (fauna e flora), na logística, no acesso as áreas onde há produtos nativos para serem coletados, e além de controlar a não utilização de pesticidas e produtos químicos para produção.

14. Medidas para garantir a saúde e a segurança: Descreva as medidas que serão tomadas para garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores, bem como da área. Inclua uma descrição da gestão e / ou eliminação de resíduos.

Como não haverá uso de pesticidas durante o projeto, nenhuma medida adicional específica é necessária para garantir a saúde e a segurança da equipe e dos trabalhadores.

A cooperativa já trabalha sempre sobre os aspectos legais de segurança e saúde, e entende-se que esta é uma premissa notória para todas as atividades a serem realizadas durante o projeto. Algumas regras já são comuns à gestão do empreendimento:

- Uso de itens de segurança pessoal para a equipe que irá andar de moto (capacete, roupa apropriada, tipo de calçado recomendado),
- uso de EPI- Equipamento Proteção Individual, nas unidades de processamento dos frutos do cerrado (uniforme branco, botas borracha, luva, toca),

- exames de saúde semestral para todos os envolvidos nas atividades da cooperativa são regulamentados por normativa própria do Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento, órgão regulador de agroindústrias.
Como já mencionado, há ainda a prática de reaproveitamento de resíduos (cascas e sementes de frutas) da fábrica de polpas para fabricação de adubos orgânicos para os sistemas produtivos. Por exigência da lei que rege sobre o funcionamento e segurança existem documentos formais que descrevem todas estas rotinas de segurança, higiene e limpeza para todas as atividades do empreendimento, bem como um profissional responsável por controlar tais práticas.

15. Monitoramento e Avaliação: Esta seção pretende esboçar os passos que o proponente irá seguir para monitorar e avaliar o impacto da intervenção proposta.

O monitoramento das medidas de mitigação se darão por meio de:

- Reuniões mensais da equipe, reuniões bimestrais dos diretores e equipe, encontros semestrais (6 em 6 meses) com todos os envolvidos da rede, será coordenada pela equipe contratada, terá participação de beneficiários e parceiros, serão fotografadas, gerará relatórios e lista de participação.
- Controle de mudas nativas e exóticas produzidas e plantadas será feito tanto para controle de mudas quanto para relatório de uso do viveiro do parceiro escola federal técnica. A produção de mudas se dará mediante demandas (interesse das famílias), com controle de quantidade, data de produção, espécies, data de plantio, local destino, termo de entrega das mudas para beneficiários.
- Visitas mensais de controle de implantação do sistema participativo de certificação orgânica, e aplicação de métodos de rastreabilidade dos produtos (de quem), implantação de métodos e protocolo de manejo orgânico agroecológico (como coleta), quantidade de produtos coletados (quanto), além de fotografias das visitas de monitoramento.
- Comitês também serão órgãos coletivos de monitoramento e controle, elaborar plano de manejo das espécies nativas e lei de proteção e controle sobre corte destas. Poderá ser comprovado mediante atas de reuniões trimestrais, listas participação, fotos, plano de manejo, se possível lei estadual pró cerrado.
- Realizar visitas de controle de Plantio e de desmates das espécies nativas de frutos do cerrado com força de lei a exemplo da Lei Pro Pequi.

16. Autorização do proprietário: Por favor, verifique a autorização do proprietário para realizar ações na área, e verifique se você tem as autorizações necessárias para realizar este trabalho.

As áreas de atuação da cooperativa serão prioritariamente junto aos seus cooperados que já encontram-se devidamente cadastrados cooperados na cooperativa, assim não há necessidade de autorização para acompanhar ou implantar os sistemas produtivos. Em casos de extrativistas que coletam em propriedades de terceiros será proposto um termo de autorização para coleta com manejo sustentável das espécies existentes interessadas.

17. Consulta: Esta seção tem como objetivo delinear o alcance das consultas informadas que o beneficiário teve com especialistas para otimizar o potencial de sucesso e com

as partes interessadas, particularmente as comunidades locais, que são potencialmente afetadas pelas ações propostas. Incluir datas das consultas.

Os envolvidos no projeto são os agricultores familiares, ribeirinhos, veredeiros, artesãos e estes já tem a pratica de reunirem anualmente para um planejamento coletivo regional onde as prioridades coletivas são tratadas, assim demandas como apoio técnico especializado para a produção, ações ambientais de revitalização do cerrado, trocas de saberes, capacitações são demandas levantadas pelos beneficiários. Ainda assim para iniciar as atividades do projeto cada comunidade será convocada a participar de uma atividade coletiva para apresentação do projeto, parceiros, recursos, atividades a serem desenvolvidas e prazos, assim terão oportunidade de apresentarem suas sugestões.

A cada ano serão realizados 2 encontros regionais com beneficiários e estes terão oportunidade de apresentarem suas considerações, avanços, resultados e estes poderão ser apresentados em formato escrito ou vídeos.

18. Divulgação: O CEPF exige que os documentos de salvaguarda sejam divulgados às comunidades locais afetadas e às partes interessadas antes da implementação do projeto. Descreva os esforços realizados para divulgar esta avaliação de impacto e o plano de gestão ambiental e forneça datas.

Para garantir a transparência do projeto e do plano de gestão ambiental, suas ações propostas, os resultados alcançados, desafios, beneficiários e todas as informações ligadas a execução, será feito registros fotográficos, textos impressos, banner, encontros nas comunidades, apresentação e relatórios de índice de realização das metas propostas nos encontros de monitoramento e avaliação, impressão de apostilas, folders e por meio das redes sociais.

19. Mecanismo de Reclamação: Todos os projetos que ativam uma salvaguarda devem proporcionar meios para que as comunidades locais e outras partes interessadas possam apresentar reclamações ao beneficiário, à Equipe de Implementação Regional relevante, à Secretaria do CEPF ou ao Banco Mundial. As comunidades locais afetadas devem ser informadas dos objetivos da subvenção e da existência de um mecanismo de reclamações. As informações de contato do beneficiário, da Equipe de Implementação Regional e do Diretor de Subvenção do CEPF devem ser disponibilizadas ao público, através de cartazes, letreiros, avisos ou outros meios apropriados na (s) língua (s) local (is). As reclamações apresentadas ao beneficiário devem ser comunicadas à Equipe de Implementação Regional e ao Diretor de Subvenção do CEPF no prazo de 15 dias, juntamente com uma resposta proposta. Se após a resposta o reclamante ainda não estiver satisfeito, a reclamação pode ser enviada diretamente ao Diretor Executivo do CEPF através do e-mail dedicado (cepfexecutive@conservation.org) ou pelo correio. Se o reclamante não estiver satisfeito com a resposta da Secretaria do CEPF, a reclamação poderá ser enviada ao escritório local do Banco Mundial. Descreva o mecanismo de reclamações que você usará para seu projeto e como irá garantir que os interessados estejam cientes da sua existência.

*Será elaborado e impresso um **banner** e **alguns cartazes** apropriados em língua portuguesa (Brasil) contendo:*

- *Nome do Projeto, região e área de abrangência, objetivo geral, mecanismos de Reclamações ou Sugestões no seguinte caminho/método:*
- *Contatar primeiro a Entidade Executora do projeto COPABASE, por meio dos números de telefones (38)99110-0091 WhatsApp ou (38) 99908-7610, ou pelo site www.copabase.org, ou por email: projetos.copabase@gmail.com.*
- *Caso sua solicitação não seja atendida contatar a Equipe de Implementação Regional do CEPF: cepfcerrado@ieeb.org.br, +55 61 3248 7449 e o Diretor Executivo do CEPF: cepfexecutive@conservation.org.*
- *Caso ainda não tenha solução, em ultimo caso, contatar o escritório local do Banco Mundial: informacao@worldbank.org, +5561 3329-1000*

Nós compartilharemos todas as queixas - e uma resposta proposta - com a Equipe de Implementação Regional e o Diretor de Subsídio do CEPF dentro de 15 dias.